



TERMO DE REFERÊNCIA

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. A presente contratação refere-se à Aquisição de Materiais para Obras e Instalações para o Hospital Municipal Dr João Pereira Martins no ano 2025, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Argamassa ACII 20 Kg	Kilo	15
2	Argamassa baritada 20 kg - Radiologia	Saco	35
3	Bandeja pintura 23 cm	Unidade	10
4	Caixa de descarga	Unidade	5
5	Caixa de passagem sobrepor 2908 20 cm x 20 cm	Unidade	1
6	Caixonete angelim pedra / marg 3.5 mm 60, 70, 80	Unidade	14
7	Canaleta sistema X, adesiva - 10 mm	Unidade	25
8	Conector perfurante 10 mm a 70 mm	Unidade	20
9	Dobradiça Cart. Gal. SFER 3 x 21/2 S/A	Unidade	23
10	Engate PVC 30 cm	Unidade	10
11	Fechadura 3F 718E11250 CR Ext Fashion 32	Unidade	28
12	Fita crepe 24 x 50	Unidade	10
13	Fita isolante 20 m	Unidade	10
14	Fita veda rosca 18 mm x 50 m	Unidade	5
15	Interruptor 2 T simples dist	Unidade	1
16	Joelho Bucha Latão / L Rosqueável PVC 20 x 1/2 - Azul	Unidade	2
17	Joelho Bucha Latão / L Rosqueável PVC 25 x 1/2 - Azul	Unidade	5
18	Joelho soldável PVC 20 x 90	Unidade	10
19	Joelho soldável PVC 25 x 90	Unidade	10
20	Lâmpada LED 50 W - Bivolt	Unidade	30
21	Lixa ferro nº 100	Unidade	50
22	Lona preta 8 x 100 m	Metro	30
23	Luva soldável PVC 25 mm	Unidade	5
24	Mascara descartável sem respirador, para pintura - Azul	Unidade	10
25	Massa corrida - Galão 18 L	Galão	8
26	Piso branco 34 x 60 - Caixa 2,10 m²	Metro	61
27	Porta madeira lisa pintura 90 cm	Unidade	8
28	Porta madeira lisa pintura VIR. 2.10 x 80	Unidade	5
29	Rejunte Branco	Kilo	20
30	Rolo lã sintética 15 antirespingo	Unidade	20
31	Sifão flexível simples	Unidade	10
32	Suporte para rolo 23 cm	Unidade	5
33	Tinta ES 3600 ml base d' água - Branco	Galão	20
34	Tinta ES 3600 ml base d' água - Platina	Galão	20
35	Tomada 2P + T - 10 A	Unidade	30
36	Tomada sobrepor	Unidade	6
37	Torneira lavatório 1195	Unidade	5
38	Torneira pia PVC alavanca 1113	Unidade	5
39	Trincha 317 2" - Laranja	Unidade	15
40	Tubo eletroduto 1"	Unidade	1
41	Tubo soldável PVC 20 mm x 6 m	Unidade	3
42	Tubo soldável PVC 25 mm x 6 m	Unidade	2



TERMO DE REFERÊNCIA

- 1.2. Serão considerados para fins de escolha do melhor preço os valores alcançados pelo Departamento de Compras, na ocasião da pesquisa de preços, nos Termos do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021, os quais serão devidamente apurados pelo referido Departamento para fins de utilização como parâmetro para o futuro certame;
- 1.3. A entrega dos materiais / produtos se dará conforme solicitação da Unidade Requisitante, devendo ser entregue em até 5 (cinco) dias corridos, após a emissão da Nota de Empenho, no Hospital Municipal Dr João Pereira Martins R. Carlos Alberto de Moura Júnior, 2 - Centro, Sumidouro/RJ 28637-000.
- 1.4. Não cumprimento do disposto no item 1.3. do presente Termo acarretará a anulação do Empenho bem como a aplicação das penalidades previstas no Edital e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame;
- 1.5. A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formalização de Demanda.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum nos Termos do inciso XIII, do Art. 6º, da Lei 14.133, de 2021;
- 3.2. São considerados comuns, pois é possível sua definição e de seus padrões de desempenho e de qualidade objetivamente no ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado em que se inserem.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 4.1. A aquisição dos materiais de obra para conclusão da manutenção corretiva do Hospital Municipal Dr João Pereira objetivando unicamente os serviços de manutenção corretiva e conservação predial;
- 4.2. A presente aquisição e/ou contratação enquadra-se como **solução simples**, sem a necessidade de se adquirir outro produto/serviço para completar sua funcionalidade.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. A contratação será realizada por meio de Dispensa de Licitação, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por Menor Preço por Item, nos termos do Art. 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 5.2. Para o fornecimento do objeto pretendido os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título de habilitação, nos Termos do Art. 62, da Lei nº 14.133/2021;
- 5.3. Os materiais / produtos a serem adquiridos deverão apresentar padrões indispensáveis de qualidade, com intuito de garantir a segurança no uso dos mesmos.

A CONTRATADA deverá:

- 5.4. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado compatível com o objeto a ser licitado;
- 5.5. Atender às solicitações nos prazos estipulados;
- 5.6. Aceitar o Controle / Análise de Qualidade dos materiais, realizada pela Unidade Requisitante;
- 5.7. Os materiais / produtos referentes a esta contratação deverão ser entregues pela CONTRATADA de acordo com as especificações definidas em Edital, sendo que a CONTRATADA deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas;



TERMO DE REFERÊNCIA

- 5.8. A descarga e o manuseio dos materiais / produtos para entrega que utilizam procedimentos manuais, são de total responsabilidade da parte da CONTRATADA, como por exemplo, a contratação de chapa ou ajudante, os riscos de todas as ordens pertinentes à atividade incluindo as trabalhistas, e ainda a prestação de socorro em caso de necessidade;
- 5.9. Os materiais / produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelo(a) Fiscal de Contrato designado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência;
- 5.10. A CONTRATADA não poderá realizar a cobrança de frete;
- 5.11. Os materiais / produtos deverão estar embalados de acordo com a Nota Fiscal / Empenho, não sendo permitido enviar materiais / produtos de Notas Fiscais / Empenhos diferentes numa mesma embalagem;
- 5.12. Os materiais / produtos não poderão apresentar avarias ou adulterações;
- 5.13. Os materiais / produtos deverão ser entregues em embalagens originais;
- 5.14. Havendo algum fator que comprometa a qualidade do produto / material, como transporte inadequado, mercadoria molhada ou umedecida em excesso por água de chuva, a entrega dos itens poderá ser recusada;
- 5.15. Garantir os materiais / produtos por um período mínimo de 12 (doze) meses ou conforme prazo determinado pelo fabricante;
- 5.16. Descrever os materiais / produtos ofertados e indicar a marca e a referência, conforme o caso;
- 5.17. Atender os critérios das Normas Brasileiras da Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR/ABNT;
- 5.18. Todos os materiais / produtos deverão possuir certificado do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO - se tiver;
- 5.19. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação.
- 5.20. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida no Termo de Referência, sem o consentimento prévio da CONTRATANTE;
- 5.21. Fornecer os materiais / produtos descritos com rapidez e eficiência;
- 5.22. Cumprir o objeto do presente estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Forma de fornecimento

- 6.1. O fornecimento dos materiais / produtos será realizado de acordo com a demanda da Unidade Requisitante;
- 6.2. Os materiais / produtos serão entregues em até 5 (cinco) dias após a emissão da Nota de Empenho;
- 6.3. A CONTRATADA deverá entregar os materiais / produtos no endereço que consta no item 1.3. deste Termo de Referência de acordo com a requisição, deixando devidamente apto para uso, conferido por funcionário, não podendo conter nenhuma avaria ou adulteração, todos entregues em sua embalagem original contendo a data, número do lote de fabricação e prazo de validade;
- 6.3. A entrega dos materiais / produtos deverá ocorrer no endereço que consta no item 1.3. deste Termo de Referência no horário entre 9h00 até às 16h00;
- 6.4. A fiscalização da contratação será exercida pelos representantes da CONTRATANTE indicados neste Termo de referência, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à CONTRATANTE.

7. GESTÃO DO CONTRATO



TERMO DE REFERÊNCIA

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, Art. 115, caput);
- 7.2. Os responsáveis pela Fiscalização e Gestão do contrato serão os servidores:
- 7.2.1. Fiscal Técnico / Contrato: Jorge Mariano dos Santos Ribeiro, Matrícula nº 12.07.3216
- 7.2.2. Gestor do Contrato: Sandro Alex Ramos, Matrícula nº 95.07.1188
- 7.2.3. Os Fiscais do contrato anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, Art. 117, §1º);
- 7.2.4. Os Fiscais do contrato informarão a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, Art. 117, §2º).
- 7.3. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, Art. 119);
- 7.4. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a Fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE (Lei nº 14.133/2021, Art. 120);
- 7.5. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, Art. 121, caput);
- 7.5.1. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá a CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, Art. 121, §1º).
- 7.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, Art. 44, §2º);
- 7.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, Art. 44, §1º);
- 7.8. Antes do pagamento da nota Fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- 7.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. Os materiais / produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e Fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;
- 8.1.1. Os materiais / produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 8.1.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela CONTRATANTE, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais / produtos e consequente aceitação mediante Termo detalhado;



TERMO DE REFERÊNCIA

- 8.1.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis;
- 8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;
- 8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do Art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;
- 8.1.6. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da Nota Fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela CONTRATANTE durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;
- 8.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos itens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação

- 8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos Termos do Art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;
- 8.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.2.3.1. o prazo de validade;
 - 8.2.3.2. a data da emissão;
 - 8.2.3.3. os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
 - 8.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.2.3.5. o valor a pagar, e
 - 8.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus a CONTRATANTE;
- 8.2.5. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.2.6. A CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;
 - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 8.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE;
- 8.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;



TERMO DE REFERÊNCIA

8.2.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa;

8.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado, nos Termos do Art. 7 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022;

8.3.2. No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos a CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA;

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, inclusive a retenção que trata a IN 1234/2012 regulamentada pelo Decreto Municipal nº 4026/2024;

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

8.4.5. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos Termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de Dispensa de Licitação, na sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o Licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Pessoa Física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal - SLU ou Sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, social e trabalhista



TERMO DE REFERÊNCIA

- 9.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.5. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual ou Municipal, conforme o caso, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- 9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com abrangência das Contribuições Sociais previstas em lei, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida ativa da União, ou outra(s) equivalente(s), tal(ais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;
- 9.7. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal, e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;
- 9.8. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (sede e domicílio da Licitante), através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS), expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;
- 9.9. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal - CEF;
- 9.10. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa (CNDT), nos Termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, incluída pela Lei nº 12.440 de 07/07/2011.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.11. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, Art. 69, caput, inciso II).

Qualificação Técnica

- 9.12. Comprovação de aptidão para o fornecimento de itens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10. DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS

- 10.1. Não se aplica.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado unitário e total da contratação será o constante da planilha orçamentária anexa a este documento.

11.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- I. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos Termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- II. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- III. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO
PROCESSO 3820/2025
RUBRICA 9A FLS 46

TERMO DE REFERÊNCIA

IV. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Secretaria Municipal de Saúde: 1801.103020056 2.236.3390.30.00.170.600

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Sumidouro-RJ, 09 de setembro de 2025.

Fiscal do Contrato

Jorge Mariano dos Santos
Enfermeiro

Matrícula nº 12.07.3321
Jorge Mariano dos Santos Ribeiro
COREN RJ 29.1839 - ENF

Gestor do Contrato

Alex Ramos
Coordenador do Departamento Hospitalar
Matrícula nº 95.07.1188

Autoridade Competente

Ratifico o presente Termo de referência, nos Termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo
O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Fabíola da Silva Wernech
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula nº 27.07.5292

MUNICÍPIO DE SUMIDOURO
PROCESSO 3820 125
RUBRICA 9A FLS 46